

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018
(Deputado Marcos Abrão)

Assegura isenção tributária na aquisição de veículos blindados pelos Tribunais, pelo Ministério Público, membros da Magistratura Nacional e do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros, quando adquiridos por Tribunais ou pelo Ministério Público, bem como por membros da Magistratura Nacional ou membros do Ministério Público e destinados a processo de aplicação de proteção balística.

§1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros dotados de proteção balística desde a fabricação, quando adquiridos por Tribunais, pelo Ministério Público e por membros da Magistratura Nacional ou por membros do Ministério Público e registrados pelo importador no SICOVAB.

§2º Os veículos novos adquiridos sem a proteção balística deverão ser encaminhados para o processo de aplicação de blindagem, devendo a autoridade adquirente promover o pedido de registro no SICOVAB no prazo de 90 dias, sob pena de decadência da isenção fiscal.

§3º A isenção fiscal incide sobre veículos novos.

Art. 2º. O veículo blindado adquirido com a isenção fiscal prevista nesta lei somente poderá ser alienado após três anos da aquisição.

§1º. A transferência do veículo sem a observância do prazo previsto no *caput* importará na comprovação do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre o valor de venda constante da nota fiscal, como requisito à transferência junto à autoridade de trânsito.

Art. 3º Aos Tribunais, ao Ministério Público, aos membros da Magistratura Nacional e aos membros do Ministério Público é autorizada a aplicação do revestimento de proteção balística até o nível III.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado não possui meios para assegurar segurança permanente para os Membros da Magistratura Nacional ou do Ministério Público. Em razão da atividade exercida, essas autoridades se submetem a graves riscos cotidianos.

O interesse nacional no incremento de medidas de proteção às autoridades envolvidas na atividade jurisdicional e na persecução penal é patente eis que autoridades desprovidas de segurança não contam com as garantias necessárias para o desempenho de suas elevadas funções.

A isenção tributária sobre o veículo é forma de compensação pelos gastos incorridos com as medidas de proteção necessárias às autoridades elencadas no presente processo.

No caso específico em tela, os gastos necessários para a realização da blindagem automotiva decorrem do risco da atividade profissional exercida, não sendo justo o Estado, que não oferece a proteção suficiente a seus agentes, auferir receitas tributárias decorrentes da necessidade de implementação de salvaguardas pelas próprias autoridades em risco.

Em passado recente podemos elencar ao menos três magistrados mortos em razão do exercício da judicatura e outros tantos convivendo com ameaças. (informações constantes do rodapé, sob números 1, 2, 3, 4).

Infelizmente tornaram-se corriqueiras as notícias de magistrados e membros do Ministério Público ameaçados por todo o Brasil, muitos deles vítimas de atentados e outros praticamente presos em suas residências ou no próprio Fórum ou na sede do Ministério Público, sendo veículo blindado não só um

¹ O assassinato de Patrícia Acioli sublinhou a situação de risco dos magistrados em todo país. <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/08/cnj-traca-mapa-dos-juizes-ameacados-de-morte-no-brasil.html>) Subiu de 100 para 134 o número de juízes ameaçados no país, conforme aponta lista divulgada pela Corregedoria Nacional de Justiça nesta quinta-feira (25/08). (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15566:aumenta-numero-de-juizes-ameacados-no-pais>)

² Exclusivo: entrevista com o juiz de MS que continua ameaçado de morte. “Continuo, 24 horas por dia, andando com escolta da Polícia Federal, em carro blindado. Agentes dormem dentro da minha casa, já há cinco anos”, diz Odilon Oliveira (<http://www.diadiaprogresso.com/o-juiz-odilon-de-oliveira-juiz-federal-campo-grande-ms-ameacado-de-morte/>)

³ Rio de Janeiro – A recente descoberta de um plano para matar o juiz Alexandre Abrahão, titular da 1ª Vara Criminal de Bangu, não intimidou o magistrado. (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-08-24/juiz-ameacado-de-morte-diz-que-nao-vai-deixar-local-onde-trabalha-na-zona-oeste-do-rio>)

⁴ ‘Eles conseguiram me intimidar’, diz juiz federal ameaçado de morte. Wilson Witzel, 43 anos, recebeu ameaças por telefone. Sem segurança, juiz mudou de estado e trocou a vara criminal por fiscal. (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/eles-conseguiram-me-intimidar-diz-juiz-federal-ameacado-de-morte.html>)

elemento de segurança para a autoridade e sua família, mas também de mínima tranquilidade, pois nos trajetos com seus veículos – momento mais vulnerável – tem-se relativa tranquilidade quanto à sua proteção. (informações constantes do rodapé, sob números 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13)

A aquisição de veículo blindado acaba sendo uma necessidade.

Portanto, tendo em vista o dever de todos, em especial dos membros desta Nobre Casa, de buscar assegurar condições de segurança para os

⁵ Juiz capixaba ameaçado de morte vai receber mais proteção, diz governo. Casagrande disse que o magistrado Carlos Eduardo tem 13 seguranças. Promessa é aumentar a quantidade de policiais que o juiz achar necessário. (<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2011/08/juiz-capixaba-ameacado-de-morte-vai-receber-mais-protecao-diz-governo.html>)

⁶ Entre os 13 magistrados ameaçados de morte no Rio de Janeiro, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, não estão apenas juizes de varas criminais, como a juíza Patrícia Acioli, que era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, na região metropolitana, e foi assassinada com 21 tiros há uma semana. Estão, também, juizes de varas cíveis e com atuação em processos do Tribunal Regional Eleitoral. (<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/nao-vou-mudar-meus-habitos-affirma-juiz-ameacado-de-morte-no-rio-20110825.html>)

⁷ Juiz mineiro está ameaçado de morte. Um juiz de Teófilo Otoni está ameaçado de morte. O crime foi planejado de dentro da prisão por três homens, um deles foi condenado há 18 anos de prisão pelo magistrado. (http://www.alterosa.com.br/html/noticia_interna.id_sessao=7&id_noticia=59886/noticia_interna.shtml)

⁸ Ameaça contra titular da 2ª Vara Especializada em Combate ao Uso e Tráfico de Entorpecentes, Mauro Antony, foi feita ao Ciops (http://acritica.uol.com.br/manaus/Juiz-sofre-ameaca-morte-Manaus_0_595740460.html)

⁹ Juiz ameaçado de morte por PMs tem segurança reforçada. Magistrado acusa militares ligados a roubo e ao tráfico de drogas em Mato Grosso. (<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=24&cid=55755>)

¹⁰ As constantes ameaças que recebe por causa do choque de ordem implantado há sete anos em Nova Venécia, noroeste do Estado, levaram o juiz Ronaldo Domingues de Almeida a tomar uma decisão radical: vai passar a morar no 2º Batalhão da Polícia Militar do município. (http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/08/noticias/cbn_vitoria/reportagem/943453-ameacado-de-morte-juiz-vai-morar-em-batalhao-da-pm-de-nova-venecia.html)

¹¹ O juiz de Currais Novos, Valdir Flávio Lobo Maia está com escolta policial 24 horas por dia, desde o último final de semana. A polícia já vinha investigando uma denúncia chegada ao próprio juiz e aos setores de inteligência das policiais de Currais Novos, de que o mesmo poderia sofrer algum atentado. (<http://blogdealto.blogspot.com/2011/10/juiz-ameacado-de-morte-em-currais-novos.html>)

¹² Juiz maranhense ameaçado de morte fica sem vida social. (<http://www.djalmarodrigues.com.br/2011/12/22/juiz-maranhense-ameacado-de-morte-fica-sem-vida-social/>)

¹³ Ayres Britto considera gravíssima denúncia feita por juiz do caso Cachoeira de eventual ameaça. (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/19877:ayres-britto-considera-gravissima-denuncia-feita-por-juiz-do-caso-cachoeira>)

órgãos julgadores e órgãos da persecução penal exercerem seus elevados misteres, apresentamos a presente proposição.

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para aprovação da medida, que busca atenuar insegurança vivida diariamente pelos juízes e promotores em todo o Brasil.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2018.

Marcos Abrão
Deputado Federal
PPS-GO